

A participação mais efetiva dos institutos de pesquisa da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP) no planejamento e licenciamento ambiental passou a ser uma exigência nos programas de políticas públicas do governo do Estado de São Paulo, sobretudo para tornar os processos de licenciamento ambiental mais ágeis e confiáveis do ponto de vista técnico-científico. A análise dos problemas envolvendo a substituição da cobertura florestal natural por áreas agrícolas tem suscitado muita preocupação, não só pelos processos erosivos e redução da fertilidade dos solos agrícolas, mas também pela extinção de espécies vegetais e animais. Por outro lado, as atividades de produção que têm como consequência a degradação ambiental estão sujeitas a sanções cada vez mais drásticas e corretivas, sobre as quais a SMASP tem a responsabilidade legal, seja na definição de parâmetros e nas suas técnicas, seja nos processos de licenciamento ambiental capaz de orientar o mercado consumidor cada vez mais exigente, conceito incorporado no ISO 14001. Este projeto procurará atender à necessidade de revisões nas normas e procedimentos adotados pela SMASP com relação à orientação para reflorestamento heterogêneo e sua inter-relação com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) ou Relatórios de Avaliação Prévia (RAP), na elaboração de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) e laudos técnicos para concessão de licenças ou autorizações de desmatamento ou de medidas compensatórias. Investigação em projetos-pilotos de recuperação de áreas degradadas nos municípios parceiros e estudos de modelos de reflorestamento, produção de sementes e mudas estão previstos no projeto que agrega conhecimentos necessários para serem utilizados pela SMASP em procedimentos de licenciamento nas suas diversas áreas temáticas: a) destinação de resíduos sólidos; b) energia: energia, transmissão e biomassa; c) transportes: rodovias, ferrovias, dutos; d) água: barragem de represas, canalização de córregos, recuperação de matas ciliares; e) habitação, loteamentos; f) saneamento; g) indústria; h) mineração; e i) base de combustíveis. Em todos esses casos, medidas de planejamento e licenciamento poderão ser subsidiadas com parâmetros técnico-científicos gerados nesta pesquisa, seja promovendo alternativas para medidas mitigadoras dos danos ambientais, seja no estabelecimento de compensações ambientais ou no licenciamento de empreendimentos a serem instalados.

035

Parque estadual da Ilha Anchieta: proposta de revitalização de duas unidades do complexo histórico-arquitetônico local, como núcleo cultural, de lazer educativo e histórico-científico

Maria de Jesus Robim
Instituto Florestal
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
de São Paulo (SMASP)
Processo 2003/06416-2
Vigência: 1/2/2004 a 31/8/2004

Esta proposta consiste na revitalização de duas unidades do complexo arquitetônico da antiga Colônia Correcional do Porto das Palmas, projeto do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, inaugurado em 1907 e desativado em 1914 e que, em 1928, passou por reformas para instalar-se ali, em 1931, o presídio político da Ilha dos Porcos (em 1934, passou a chamar-se Ilha Anchieta), sendo que, em 1940, foram realizadas reformas nas edificações para se criar, em 1942, o Instituto Correcional da Ilha Anchieta, que funcionou até 1955. Em 1977, foi criado o parque estadual da Ilha Anchieta, que hoje recebe mais de 80 mil visitantes de todo o mundo, para usufruir das belezas naturais e atraídos pelo patrimônio histórico. Muitos pesquisadores científicos de diversas instituições desenvolvem trabalhos na ilha. Há também, já implantado no parque, um programa de educação ambiental voltado para atender às escolas de ensino fundamental que é coordenado pela bióloga, professora doutora Maria de Jesus Robim.

036

Avaliação da qualidade da água da sub-bacia do rio Corumbataí por meio de bioensaios

Regina Teresa Rosim Monteiro
Centro de Energia Nuclear na Agricultura
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/02954-4
Vigência: 1/11/2002 a 31/12/2007

O município de Piracicaba, SP, é cortado pelos rios Piracicaba e Corumbataí. Devido ao comprometimento das águas do rio Piracicaba, hoje 100% da água servida ao município vem do rio Corumbataí, com previsão do plano diretor de que este continue sendo o único manancial nos próximos 20 anos. Esses rios são também utilizados como corpos receptores dos esgotos de origem doméstica e industrial. A carga orgânica lançada no rio Corumbataí vem aumentando gradativamente, o que é percebido pela turbidez, cor, matéria orgânica, presença de alguns metais e sedimentos, e tem gerado aumento de consumo de produtos químicos para tratamento da água. Os serviços públicos de abastecimento estão cada vez mais se deparando com situações críticas em relação à qualidade da água devidas à acelerada degradação ambiental. Além disso, as autoridades governamentais têm exigido por meio de leis, condições mais restritivas visando à preservação dos mananciais e garantia da qualidade da água distribuída. No entanto, novas indústrias estão sendo instaladas e novos produtos agrícolas têm sido utilizados na região, sendo portanto urgente que sejam executadas ações efetivas e integradas em toda a bacia do rio Corumbataí para reverter a tendência de piora. Serão realizadas duas amostragens, com coleta de água, a cada trimestre, em pontos estratégicos de lançamentos de efluentes industriais, domésti-